



OLHARES

REVISTA DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - UNIFESP

LIBRAS e termos étnico-raciais: uma análise à luz da Lei 10.639/03

LIBRAS y TÉRMINOS ÉTNICO-RACIALES: un análisis en el contexto de la Ley 10.639/03

LIBRAS AND ETHNIC-RACIAL TERMS: an analysis in the context of Law 10.639/03

Gláucio Castro Júnior
Universidade de Brasília – UnB
librasunb@gmail.com

Eliene Rocha
Universidade de Brasília – UnB
rochaeliene12345@hotmail.com

Daniela Prometi
Universidade de Brasília – UnB
danielaprometi@gmail.com

Gildete da S. Amorim Mendes Francisco
Universidade Federal Fluminense
gildeteamorim@gmail.com

Resumo: Este artigo explora a importância da Língua Brasileira de Sinais (Libras) na promoção de termos relacionados às discussões étnico-raciais, destacando os desafios e avanços na implementação da Lei nº. 10.639/03. A referida lei, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas brasileiras, também implica a necessidade de adaptar essas discussões para o contexto de uma educação inclusiva e bilíngue para Surdos. O estudo analisou como a Libras pode ser utilizada como um instrumento para o acesso e a compreensão de questões étnico-raciais, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária. A pesquisa abrange uma revisão de literatura sobre Terminologia étnico-racial em Libras, bem como uma análise de práticas educacionais atuais, identificando barreiras e oportunidades para a promoção de uma Terminologia mais abrangente e culturalmente sensível.



Os resultados indicam que, embora haja avanços significativos na sensibilização e implementação da lei, ainda existem desafios substanciais, como a falta de formação adequada de professores e a escassez de materiais pedagógicos acessíveis. Conclui-se que um esforço contínuo e colaborativo é necessário para fortalecer a inclusão de termos étnico-raciais em Libras, promovendo assim uma educação que valorize a diversidade e respeite os direitos linguísticos e culturais da Comunidade Surda.

Palavras-chave: Libras. Educação étnico-racial. Surdos.

Resumen: Este artículo explora la importancia de la Lengua de Señas Brasileña (LIBRAS) en la promoción de términos relacionados con las discusiones étnico-raciales, destacando los desafíos y avances en la implementación de la Ley nº 10.639/03. Dicha ley, que hizo obligatorio la enseñanza de Historia y Cultura Afrobrasileña y Africana en las escuelas brasileñas, también implica la necesidad de adaptar estas discusiones al contexto de una educación inclusiva y bilingüe para sordos. El estudio analizó cómo LIBRAS puede utilizarse como una herramienta para el acceso y la comprensión de cuestiones étnico-raciales, contribuyendo a la construcción de una sociedad más inclusiva e igualitaria. La investigación abarca una revisión de la literatura sobre Terminología étnico-racial en LIBRAS, así como un análisis de prácticas educativas actuales, identificando barreras y oportunidades para la promoción de una terminología más amplia y culturalmente sensible. Los resultados indican que, aunque hay avances significativos en la concienciación e implementación de la ley, todavía existen desafíos sustanciales, como la falta de formación adecuada de profesores y la escasez de materiales pedagógicos accesibles. Se concluye que es necesario un esfuerzo continuo y colaborativo para fortalecer la inclusión de términos étnico-raciales en LIBRAS, promoviendo así una educación que valore la diversidad y respete los derechos lingüísticos y culturales de la Comunidad Sorda.

Palabras clave: Libras. Educación étnico-racial. Sordos.

Abstract: This article explores the importance of Brazilian Sign Language (LIBRAS) in promoting terms related to ethnic-racial discussions, highlighting the challenges and advances in the implementation of Law No. 10,639/03. This law, which made the teaching of Afro-Brazilian and African History and Culture mandatory in Brazilian schools, also implies the need to adapt these discussions to the context of inclusive and bilingual education for the Deaf. The study analyzed how LIBRAS can be used as a tool for accessing and understanding ethnic-racial issues, contributing to the construction of a more inclusive and egalitarian society. The research covers a literature review on ethnic-racial Terminology in LIBRAS, as well as an analysis of current educational practices, identifying barriers and opportunities for the promotion of more comprehensive and culturally sensitive Terminology. The results indicate that although there have been significant advances in raising awareness and implementing the law, substantial challenges remain, such as the lack of adequate teacher training and the shortage of accessible pedagogical materials. It concludes that continuous and collaborative efforts are necessary to strengthen the inclusion of ethnic-racial terms in LIBRAS, thus promoting an education that values diversity and respects the linguistic and cultural rights of the Deaf Community.

Keywords: LIBRAS. Ethnic-racial education. Deaf.

Introdução

A discussão sobre educação e diversidade no Brasil tem se intensificado nas últimas décadas, especialmente após a promulgação da Lei nº 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana



nas escolas de educação básica. Essa legislação representa um marco importante na busca por uma educação mais inclusiva, que reconheça e valorize as contribuições culturais, sociais e históricas dos povos africanos e de seus descendentes.

Por sua vez, a promoção de uma terminologia étnico-racial em Libras constitui um passo fundamental para a efetiva implementação da Lei nº 10.639/03 no contexto da educação bilíngue de estudantes surdos. A comunicação em Libras não é apenas uma questão de tradução literal de palavras e conceitos do português para a língua de sinais, mas envolve uma adaptação cultural e linguística que respeite a subjetividade e a vivência das comunidades surdas. É necessário desenvolver um vocabulário específico em Libras que seja capaz de expressar de forma precisa e sensível os conceitos e termos associados às questões étnico-raciais, como racismo, discriminação, empoderamento e identidade afro-brasileira.

A implementação de termos étnico-raciais em Libras enfrenta diversos desafios, incluindo a escassez de materiais didáticos adequados e a falta de formação específica para professores de Libras sobre temas étnico-raciais. Muitos educadores não estão familiarizados com as nuances dessas discussões, o que pode resultar em uma abordagem limitada ou inadequada em sala de aula. Além disso, o desenvolvimento de novos sinais em Libras para abordar temas étnico-raciais requer um processo colaborativo que envolva a comunidade surda, especialistas em educação e linguística, e ativistas dos movimentos negros. Essa colaboração é fundamental para garantir que os sinais criados sejam culturalmente apropriados e linguisticamente reconhecidos pela comunidade surda.

Por outro lado, há avanços significativos a serem destacados, como iniciativas educacionais e projetos de pesquisa que têm integrado a Terminologia étnico-racial em Libras, promovendo a conscientização e a valorização das identidades afro-brasileiras entre os estudantes surdos. Além disso, instituições de ensino e organizações não-governamentais têm se empenhado no desenvolvimento de materiais didáticos, vídeos e recursos digitais que abordam temas étnico-raciais em Libras. Essas práticas têm demonstrado que é possível criar um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e que respeite a diversidade cultural e linguística dos alunos.

A importância de promover uma educação étnico-racial inclusiva para surdos também está alinhada com os princípios dos direitos humanos e das políticas públicas de educação inclusiva. O acesso à educação de qualidade é um direito de todos os cidadãos, e a inclusão de estudantes surdos nas discussões sobre identidade, racismo e diversidade cultural é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. A implementação da Lei nº. 10.639/03



em um contexto bilíngue reforça a ideia de que a educação deve ser um espaço de valorização das diferenças e de combate às desigualdades.

Farias Júnior et al. (2025, p. 278) realizam uma análise sob a ótica de professores a respeito da efetivação da Lei nº. 10.639/03 e as relações étnico-raciais na inclusão de negros surdos. Para os autores: “[...] a escola com seus professores tem a tarefa de intervir nas relações raciais; trata-se de construir vínculos humanos que alcancem respeito às diferenças”. Nesse escopo, programas de formação continuada que incluam a temática étnico-racial e a linguística de Libras são fundamentais para preparar os educadores para lidar com as questões de diversidade em sala de aula. Além disso, o desenvolvimento de competências pedagógicas específicas para o ensino bilíngue de surdos pode contribuir para uma abordagem mais inclusiva e eficaz dos conteúdos étnico-raciais, promovendo uma aprendizagem significativa e transformadora.

A pesquisa e a documentação da terminologia étnico-racial em Libras são áreas de grande relevância, e o desenvolvimento de estudos linguísticos que analisem a criação, o uso e a difusão de novos sinais relacionados a temas étnico-raciais pode enriquecer o vocabulário da Libras e, ao mesmo tempo, fortalecer a valorização das culturas afro-brasileiras e africanas. Esse esforço de pesquisa deve ser interdisciplinar, envolvendo áreas como educação, linguística, antropologia e estudos culturais, para garantir uma abordagem holística e inclusiva.

Dessa forma, a promoção de termos do campo de discussões étnico-raciais em Libras contribui para a implementação da Lei nº. 10.639/03 no contexto da educação bilíngue de surdos. Apesar dos desafios existentes, os avanços observados demonstram que é possível construir uma educação mais inclusiva e comprometida com a diversidade cultural e Linguística. O engajamento contínuo de educadores, pesquisadores, ativistas e da comunidade surda é fundamental para promover uma educação que valorize e respeite as diferenças, contribuindo para uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003: ensino da história e cultura afro-brasileira e africana

Em 2024, a Lei nº 10.639, completou 21 anos de sua sanção. Este é o resultado de uma longa luta conduzida por diversos atores sociais, incluindo o Movimento Negro Unificado, estudantes e militantes que buscam incansavelmente uma sociedade mais justa e igualitária. Estes esforços projetavam assegurar o respeito à diversidade étnico-racial do povo brasileiro, combatendo a discriminação e promovendo a inclusão.



A referida legislação foi criada com o objetivo de combater o racismo, promover a igualdade racial e valorizar as contribuições do povo negro para a formação da identidade nacional. Antes da sua promulgação, o currículo escolar brasileiro frequentemente negligenciava ou distorcia a história e a cultura africana e afro-brasileira, perpetuando estereótipos e preconceitos. O ensino era predominantemente eurocêntrico, o que resultava na invisibilidade das contribuições dos povos africanos e seus descendentes.

Sem dúvida, o estabelecimento do discurso filosófico ocidental como régua privilegiada do pensamento institui uma desigualdade epistemológica. Uma injustiça cognitiva que cria escalas, classes para o pensamento filosófico, estabelecendo o que é mais sofisticado e o que é mais rústico e com menos valor acadêmico. (NOGUERA, 2014, p. 23).

Com a implementação da Lei nº 10.639/2003, as escolas foram obrigadas a incluir conteúdos que abordassem adequadamente a história, a cultura e as contribuições dos povos africanos e afro-brasileiros. Isso inclui o estudo das civilizações africanas pré-coloniais, a história da escravidão no Brasil, a resistência negra e a cultura afro-brasileira em suas diversas manifestações artísticas, religiosas e sociais. Além disso, foi estabelecido o Dia Nacional da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro, em homenagem a Zumbi dos Palmares, símbolo da resistência negra no Brasil, oferecendo uma oportunidade para reflexão e promoção de atividades educativas sobre igualdade e valorização da diversidade racial.

As pesquisas científicas e as recentes estatísticas oficiais do Estado brasileiro que comparam as condições de vida, emprego, saúde, escolaridade, entre outros índices de desenvolvimento humano, vividos por negros e brancos, comprovam a existência de uma grande desigualdade racial em nosso país. “Essa desigualdade é fruto da estrutura racista, somada a exclusão social e a desigualdade socioeconômica que atingem toda a população brasileira e, de um modo particular, o povo negro” (GOMES, 2005, p. 47).

Apesar de avanços significativos proporcionados pela Lei nº 10.639/2003, ainda existem desafios a serem enfrentados, como a efetiva aplicação da lei nas escolas e a formação de professores capacitados para tratar desses conteúdos de maneira adequada. É essencial desconstruir práticas e discursos racistas ainda presentes na sociedade e garantir que a educação antirracista seja uma realidade para todos. A luta pela igualdade racial é contínua e exige o comprometimento de todos os setores da sociedade.



Segundo Oliveira Júnior e Oliveira Santos (2023, p. 15), é preciso comprometimento da comunidade escolar com a diversidade étnico-racial. A esse respeito, os autores esclarecem que “[...] alunos negros surdos são matriculados como surdos e tratados como negros nas suas relações, mas, a depender do contexto, não se reconhecem nem como um nem como outro”. O racismo institucional afeta a todos, incluindo as pessoas negras e surdas, tornando a nossa existência invisível e desumanizada, e a efetivação da lei impacta diretamente as vidas das crianças negras e surdas na Educação Infantil, por exemplo, que precisam conhecer a vida de seus ancestrais antes da escravização.

Noguera, Duarte e Ribeiro (2019, 440) evidenciam a necessidade de dismantlar a geopolítica hegemônica, posicionando a África de maneira equânime na produção de conhecimento humano, promovendo uma abordagem plural e descolonizada. Os autores afirmam que “o eurocentrismo é a fonte da cegueira e o redutor dos limites do reconhecimento humano da realidade.” Vale destacar o impacto dessa mudança no cenário educacional brasileiro, especialmente no que tange à incorporação de conteúdos afro-brasileiros e africanos no currículo escolar.

Portanto, para uma desconstrução narrativa que, historicamente, negligenciou a contribuição dos povos africanos para a formação social, cultural e econômica do Brasil, é preciso uma mudança curricular fundamentada na premissa de uma educação mais inclusiva e plural. Este processo torna-se ainda mais relevante no âmbito da Educação Bilíngue de Surdos, podendo ser efetivada através da criação e utilização de uma terminologia étnico-racial em Libras.

Desafios e avanços na implementação da Lei 10.639/03 no âmbito da Educação Bilíngue de Surdos

A Lei nº. 10.639/03, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas, representa um avanço para a promoção da diversidade e inclusão no sistema educacional brasileiro. Conforme afirmam Denari e Colombo (2021, p. 56) “o modelo educacional mais adequado para atingir a comunidade surda é de educação bilíngue, no qual a Língua de Sinais Brasileira (Libras) é utilizada como primeira língua e a língua portuguesa como segunda língua.”

No contexto da Educação Bilíngue de Surdos, a implementação dessa lei enfrenta desafios específicos, principalmente relacionados à adaptação do conteúdo para Libras. A necessidade de criar e sistematizar sinais que expressem conceitos étnico-raciais com precisão é um dos maiores obstáculos, demandando



um trabalho colaborativo entre educadores, linguistas e membros da comunidade surda.

Um dos principais desafios é garantir que o conteúdo previsto pela Lei nº. 10.639/03 seja acessível e compreensível para todos os alunos surdos. A criação de sinais específicos para conceitos relacionados à história e cultura afro-brasileira e africana é fundamental para que os surdos possam participar plenamente das discussões e aprender sobre esses temas de maneira eficaz. Isso exige não apenas a criação de um vocabulário bilíngue adequado, mas também a formação de professores para utilizar esses sinais de forma apropriada e contextualmente correta.

Avanços têm sido realizados no sentido de superar esses desafios. Iniciativas para o desenvolvimento de um léxico bilíngue que inclua termos étnico-raciais têm proporcionado maior acesso e compreensão dos temas abordados pela lei. Projetos que promovem a inclusão de surdos no debate sobre identidade e diversidade têm contribuído para a criação de sinais mais precisos e representativos. A participação ativa da comunidade surda e o envolvimento de especialistas em Libras são essenciais para garantir que as adaptações sejam eficazes e respeitem a complexidade dos conceitos discutidos.

No Brasil, embora a Lei nº 10.436/2002 e o Decreto nº 5.626/2005 tenham contribuído para as discussões acerca das singularidades linguísticas, da acessibilidade e inclusão do povo surdo, é relevante salientar que as pesquisas acadêmicas dificilmente se ocupam em analisar os assuntos interseccionais no campo de gênero, raça e surdez/surdo. (CAMPOS e BENTO, 2022, p. 3).

Outro avanço importante é a crescente conscientização sobre a importância da formação continuada de professores de Libras. Programas de capacitação têm sido desenvolvidos para equipar educadores com as habilidades necessárias para ensinar sobre a história e a cultura afro-brasileira e africana de maneira acessível. A Figura 1 mostra a proposta de um curso ofertado pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB): o curso de aperfeiçoamento “A Educação das Relações Étnico-Raciais e Antirracista na Educação de Surdos”.

O curso é oferecido pelo Centro de Formação de Professores (CFP/UFRB) em parceria com a Superintendência de Educação Aberta e a Distância (SEAD/UFRB), contando com o apoio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI) e da Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos (DIPEBS), ambas vinculadas ao Ministério da Educação (MEC).



Figura 1 – Curso de Aperfeiçoamento ofertado pela UFRB



Fonte: Instagram da página do CFP_UFRB.

O curso tem o objetivo de proporcionar a aquisição de competências na educação das relações étnico-raciais em Libras, voltado para práticas pedagógicas antirracistas e a equidade étnico-racial na educação básica. Essa formação melhora a prática pedagógica e contribui para uma maior inclusão e representação dos alunos surdos nas discussões sobre diversidade étnico-racial.

Na Universidade de São Paulo (USP) foi encontrado o Curso de Extensão intitulado “Educação para as relações étnico-raciais e educação antirracista na escola básica: projetos e práticas pedagógicas”, na modalidade EAD. Este curso é voltado para docentes que atuam em sala de aula, na gestão em escolas de educação básica da rede pública ou mantida por universidades públicas, e docentes que atuam no suporte pedagógico em diretorias de ensino.

Com três módulos, o curso é gratuito e tem o seguinte objetivo:

[...] mapear os conjuntos de ações que são desenvolvidas pelas escolas e diretorias regionais de ensino que visam o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e a Educação das Relações Étnico-Raciais; elaborar, em parceria com as escolas e as equipes de supervisão escolar das diretorias regionais de ensino, planos de ação para a efetivação da Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura



Afro-Brasileira e Africana; capacitar as equipes gestoras (direção e coordenação pedagógica) na revisão do Projeto Político Pedagógico das escolas para a inserção de princípios e ações que visem a efetivação da educação das relações étnico-raciais e antirracista; fomentar a aplicação dos Indicadores ERER (SECADI-MEC) nas escolas e diretorias regionais de educação; fomentar a elaboração de materiais didáticos autorais pelas equipes escolares (USP, 2025).

No âmbito nacional, Campos e Bento (2022, p. 4) argumentam que “são poucos os registros encontrados sobre os movimentos dos negros surdos”. Essa questão impacta diretamente no desenvolvimento de políticas educacionais e culturais que reconheçam e valorizem a contribuição desses sujeitos. No contexto da Educação Bilíngue de Surdos, essa carência de registros reforça a necessidade de pesquisas que abordem a participação dos negros surdos em movimentos sociais, bem como sua presença na construção de identidades étnico-raciais no Brasil.

Campo e Bento (2022, p. 6) definem ainda, um conceito de grande relevância: a Interseccionalidade Negra Surda. Segundo afirmam “a teoria da interseccionalidade possibilita verificar a interação múltipla de sistemas de poder e opressão que prejudicam determinados grupos sociais”. Em outras palavras, essa definição permite analisar como o racismo e o capacitismo se entrelaçam, impactando a vivência dos negros surdos de maneira singular.

Além das questões linguísticas e culturais: a identidade negra no contexto educacional

A identidade negra é um conceito multifacetado que vai além das dimensões linguísticas e culturais, abrangendo aspectos profundos da experiência vivida por indivíduos negros. Sob a ótica dos pesquisadores/as negros/as, é possível realizar uma análise mais crítica e contextualizada da identidade negra, que desafia as visões predominantes e frequentemente reducionistas.

A identidade negra é uma construção sócio histórica e cultural. Em razão disso, entende-se que a escola torna-se um lugar privilegiado para o desenvolvimento da identidade, isto, porque, depois do seio familiar, ela é a primeira e o maior espaço de socialização da maioria das crianças negras brasileiras [...] A forma como a questão racial é tratada pelos educadores e pelas leis educacionais interferem no processo de configuração do seu ser (OLIVEIRA, 2021, p. 13).



Nesse contexto, a escola é o espaço em que as crianças negras, após o ambiente familiar, têm suas primeiras experiências de socialização mais amplas. Quando há o reconhecimento e a valorização das contribuições históricas, culturais e sociais da população negra, as crianças tendem a desenvolver uma percepção mais saudável de si mesmas e de seu lugar na sociedade. Por outro lado, é preciso discutir sobre o tratamento estigmatizado da questão racial e os possíveis impactos negativos, como a internalização de preconceitos e inseguranças.

Cruz e Nascimento (2021, p. 23) reforçam a ideia da relação da escola com abordagens étnico-raciais e afirmam a importância de “uma ação conjunta que mobilize diversos sujeitos para a concretização de mudanças nas práticas de como a escola lida com as relações étnico-raciais.” A abordagem dos pesquisadores/as negros/as também promove uma análise interseccional da identidade negra, considerando a interação entre fatores como raça, gênero, classe social e deficiência. Por exemplo, experiências de negros surdos revelam como as questões étnico-raciais se combinam com outras dimensões de identidade, evidenciando a necessidade de um léxico e de práticas educacionais que abordem essas interseccionalidades de maneira efetiva e sensível.

No que se refere à educação de surdos, Silva, Santos e Dionysio (2023, p. 41) argumentam que:

[...] a literatura infantil afro-brasileira e a cultura visual como ferramentas que podem desempenhar um papel significativo no desenvolvimento da identidade de estudantes Negros Surdos, que ao se identificarem com as histórias, validam suas experiências e reforçam o senso de identidade e pertencimento. Em geral, o desenvolvimento da Educação de surdos e a ênfase na valorização da diversidade cultural racial são reflexos da mudança contínua em direção a uma abordagem mais inclusiva e culturalmente sensível para satisfazer às necessidades de todos os estudantes Surdos incluindo os Negros Surdos [...] o que percebemos no cotidiano, são ações pontuais em projetos que tratam do tema de forma isolada e assim não contribuindo dentro de contextos mais alargados e que permitem a realizações de mais pontos de conexões por parte dos envolvidos.

Sobre isso, Brito et al. (2021, p. 221) trazem apontamentos voltados para as discussões que envolvem a mulher surda. Segundo os autores, a produção literária não apenas dá voz a experiências de opressão interseccional desse grupo – que envolvem questões de raça, gênero e deficiência – mas também reivindica o reconhecimento e a valorização dessas vivências na sociedade. Como afirmam no estudo: “na “literatura produzida por mulheres negras surdas, a violência sofrida por elas toma corpo textual em Libras, utilizando suas



poesias como denúncia e reivindicação de direitos”.

Por sua vez, Silva e Garcia (2023, p. 2) abordam sobre o racismo no Brasil, sob a perspectiva africana e a luta pela descolonização das pessoas negras surdas. Neste estudo, relata-se que “foi desenvolvido por um pesquisador negro e surdo, interessado pela temática, e luta para singularizar as identidades dos sujeitos pertencentes a grupos minoritários.” A iniciativa de um pesquisador negro e surdo nesse campo é especialmente significativa, pois traz uma visão de dentro, com vivências e percepções que enriquecem o debate e a compreensão sobre as identidades minoritárias.

O Movimento Negro no Brasil teve grande atuação entre os anos de 1930 até 1960, e mesmo durante a ditadura civil militar (1964-1985). Nesse período, em 1978, surgiu o MNU (Movimento Negro Unificado), que trouxe mais visibilidade à luta organizada da comunidade negra no cenário político e social. O Movimento também participou da elaboração da Constituição de 1988, resultando na criminalização do racismo e preconceito racial (SILVA; GARCIA, 2023, p. 7-8).

Nos dias atuais, é relevante destacar que já existe um processo de mobilização, letramento racial e educação antirracista que envolve a comunidade negra surda. A professora Priscilla Leonnor Alencar Ferreira, em sua dissertação de mestrado de 2018, menciona o 1º Encontro Nacional de Jovens Surdos (ENJS), realizado em São Paulo em julho de 2008, que abordou as interseccionalidades entre raça e surdez. Priscilla Leonnor Alencar Ferreira é militante do Movimento dos Negros Surdos do Brasil, que representa o Coletivo de Mulheres Surdas e atua na coordenação do Programa de Negros Surdos, organizado pela Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (FENEIS).

Alguns importantes eventos também foram promovidos pela comunidade negra surda, como relatado pela professora Priscilla Leonnor. O 2º Congresso ocorreu em São Paulo em 2009, seguido pelo 3º Congresso em 2012, também em São Paulo, e o 4º Congresso em Salvador em 2013. O 5º Congresso, realizado em 2015 no Rio de Janeiro, foi rebatizado como Congresso Nacional de Inclusão Social do Negro Surdo (CNISNS). O 6º Congresso, realizado em Florianópolis em 2017, abordou temas como as especificidades das mulheres negras surdas, o sistema de cotas raciais e o acesso ao mercado de trabalho, e incluiu o festival de Artes Afrosur@s, com foco na cultura negra surda. Esses eventos contribuem para a conscientização e o fortalecimento da identidade negra surda, refletindo a luta contínua contra o racismo e a busca por reconhecimento e direitos.

No estudo desenvolvido por Barros de Oliveira et al. (2021, p. 79), os autores tratam da “Trajetória educacional de um estudante negro surdo para o ingresso em uma instituição de ensino superior”. Nele, verificou-se que “o



sistema de cotas possibilitou a transposição de barreiras ao proporcionar a continuidade na formação do estudante entrevistado, ampliando suas perspectivas educativas”.

Ferreira (2018 apud CAMPOS; BENTO, 2022) investiga como o ensino das relações étnico-raciais é abordado nos percursos de escolarização de estudantes negros surdos na educação básica. A pesquisa buscou compreender de que maneira a identidade racial e surda desses estudantes é reconhecida e valorizada no ambiente escolar, analisando práticas pedagógicas, materiais didáticos e a formação de professores no contexto da Educação das Relações Étnico-Raciais. Outra pesquisa relevante na área, desenvolvida por um negro surdo, é intitulada “Interseccionalidade entre raça e surdez: a situação de surdos (as) negros (as) em São Luís – MA”. Nela, o autor Buzar (2012, p. 25) se posiciona esclarecendo que:

[...] o debate das relações raciais dentro da comunidade surda ainda é muito incipiente. A justificativa dos(as) que se opõem a essa ideia, é que pensam que toda essa discussão poderá acarretar mais fragmentação ao mundo dos(as) surdos(as), já tão apartados do mundo ouvinte. E que serão mais facilmente desenvolvidas políticas para surdos(as) do que para negros(as), sendo estes últimos alvos mais frequentes de ataques xenofóbicos do que os(as) surdos(as). Nesse sentido, preferem permanecer indiferentes ao assunto por medo de serem prejudicados por elas.

Entretanto, essa postura de indiferença pode, paradoxalmente, aprofundar as desigualdades existentes. Ignorar a questão racial dentro desse grupo desconsidera as experiências específicas de pessoas negras surdas, que vivenciam a opressão não apenas pela surdez, mas também pelo racismo estrutural.

É enunciando que o sujeito se orienta na realidade e constitui seu posicionamento por “tipos relativamente estáveis”, realizado pelos gêneros discursivos, um fenômeno que faz parte das interações sociais. Toda vez que falamos, escrevemos ou sinalizamos, estamos realizando algum gênero do discurso. São formas relativamente estáveis de enunciados que organizam todo o tipo de interação humana (RIBEIRO, 2024, p. 11).

De acordo com a perspectiva de Bakhtin evidenciada no trecho acima, os gêneros discursivos são “tipos relativamente estáveis de enunciados” que orientam o sujeito na realidade, permitindo que ele se posicione no mundo social. Em outras palavras, o discurso não ocorre no vazio; ele sempre se insere em um contexto social, histórico e cultural que influencia tanto a forma quanto o conteúdo do enunciado. Nesse sentido, é evidente que promover a terminologia no contexto étnico-racial em Libras contribui com a representatividade, inclusão



e o fortalecimento identitário da comunidade surda negra no debate sobre diversidade e equidade social.

Promoção da Terminologia para Discussões Étnico-Raciais em Libras

A criação de materiais terminológicos no âmbito étnico-racial em Libras, auxilia na estruturação de um vocabulário que aborda as experiências e realidades dos indivíduos negros surdos. À medida que a compreensão sobre questões raciais avança e novas necessidades emergem, o léxico deve ser revisado e adaptado para refletir essas mudanças. Esse compromisso com a atualização e a inclusão é fundamental para assegurar que a comunidade negra surda tenha acesso a uma linguagem que verdadeiramente represente suas vivências e contribua para uma sociedade mais justa e equitativa.

Mas afinal, o que se entende por Léxico? Para responder a essa questão, Faulstich (2023, p. 12) explica: “Lexicologia é uma área do conhecimento, uma disciplina, que se põe em relação com todos os demais níveis de análise linguística porque normalmente, no texto, o lexema está em interface com a gramática.” A autora diferencia Léxico e Terminologia ao dizer: “as palavras usadas em linguagens de áreas especializadas – os termos científicos ou técnicos – são objeto da Terminologia, disciplina que estuda as unidades terminológicas”. Portanto, pode-se dizer que ambos são conceitos essenciais na Linguística das línguas de sinais e na comunicação em geral, e desempenham papéis importantes na maneira como as palavras são empregadas, compreendidas e organizadas.

No contexto das discussões étnico-raciais, o Léxico na Libras inclui uma variedade de sinais que representam conceitos como raça, etnia, preconceito, discriminação, igualdade e diversidade. Esses sinais são formados por elementos expressivos que capturam a essência dos conceitos e facilitam sua comunicação de forma inclusiva. Por outro lado, a Terminologia nesse mesmo campo de estudo, se desenvolve constantemente, adaptando-se às mudanças sociais, políticas e culturais. Novos sinais são criados e adicionados ao léxico conforme surgem novas necessidades e demandas na comunidade surda. A professora surda Prometi (2020) ressalta que:

A falta de vocabulário especializado em Língua Brasileira de Sinais (Libras) dificulta a aquisição dos conceitos e conteúdos abordados por Surdos em diversos espaços educacionais; portanto, são necessárias pesquisas que envolvam conhecimentos especializados em Libras (PROMETI, 2020, p. 44).

A Libras, considerada uma língua visual e espacial, é um meio para discutir identidade, racismo e diversidade cultural. Para que essas discussões sejam



eficazes e inclusivas, é essencial que o léxico e a Terminologia em Libras sejam abrangentes e precisos. Sobre isso, Prometi (2020, p. 50) explica que “a língua de sinais é constituída por fenômenos linguísticos e elementos lexicais que, no discurso específico, denominamos sinais-termo.” Ou seja, os sinais-termo são fundamentais para nomear conceitos específicos dentro de determinados contextos, como o das discussões étnico-raciais, permitindo à comunidade surda acessar, compreender e participar ativamente desses debates de maneira precisa e significativa.

Na Terminologia, Prometi (2020, p. 50) complementa afirmando que “é percebida como um ramo da Linguística responsável pela ampliação do léxico de especialidade.” A padronização terminológica, ocorre por meio de léxicos, dicionários especializados e órgãos reguladores que estabelecem normas para comunicação em campos específicos. Sendo assim, desenvolver um léxico voltado para discussões étnico-raciais em Libras envolve criar e adaptar sinais que representem conceitos relacionados a raça, etnia, identidade racial, racismo, discriminação e outros temas correlatos.

Tem-se como desafio, o registro de termos e conceitos que não têm equivalência direta na língua de sinais. Intérpretes de Libras e especialistas em linguística de sinais desempenham um papel importante na adaptação e criação de sinais que capturem a essência dos conceitos discutidos. Sua construção não é apenas uma questão de comunicação, mas também de empoderamento e inclusão, e permite que a comunidade surda participe plenamente das discussões étnico-raciais reconhecendo sua identidade e voz nesses debates importantes.

Apresentação de fichas terminológicas de termos do campo de discussões étnico-raciais em Libras

A pesquisa do presente artigo, trás um recorte da dissertação de Mestrado defendida em 2024 no Programa de Pós-graduação em Linguística - PPGL da Universidade de Brasília - UnB: Léxico Alfabético bilíngue (Libras e Português) de termos do campo de discussões étnico-raciais defendida pela pesquisadora preta Rocha (2024) sob orientação do professor Surdo Dr. Gláucio Castro Júnior e foi realizada em colaboração com o Grupo de Estudo e Pesquisa da Linguística das Línguas de Sinais (GEPLIBRAS/UnB/CNPq) e conduzida no Laboratório Núcleo de Estudo e Pesquisa da Variação Linguística da Libras (VARLIBRAS), que faz parte do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas (LIP), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL) do Instituto de Letras (IL) da Universidade de Brasília (UnB).

Embora a proposta do Léxico Alfabético Bilíngue não fosse o foco principal



da nossa pesquisa, a elaboração das fichas terminológicas serviu de base para a significação dos termos para os discentes surdos, facilitando a criação dos sinais-termo. As etapas metodológicas compreendem, portanto, o registro dos termos no campo das discussões étnico-raciais:

A primeira etapa refere-se à seleção criteriosa dos termos que comporiam o corpus da pesquisa, definindo o escopo da investigação e os limites do léxico a ser analisado no contexto étnico-racial. Essa seleção foi realizada por meio de revisão bibliográfica, análise de materiais acadêmicos e consulta a especialistas da área, visando assegurar a representatividade e relevância dos termos escolhidos.

Na segunda etapa, foi elaborada uma tabela de termos, uma ferramenta visual que facilita a compreensão das relações entre os conceitos e serve como guia para a análise e interpretação dos dados coletados. A construção dessa tabela seguiu critérios linguísticos e conceituais, categorizando os termos conforme sua relevância e uso no contexto das discussões étnico-raciais.

A terceira etapa consistiu na criação das fichas terminográficas, conectando-se à análise de Tuxi (2017), que ressalta a escassez de pesquisas nesse campo e destaca a relevância dessa contribuição para o avanço científico da criação de sinais-termo., detalhando cada termo com suas respectivas nuances semânticas e os contextos específicos no campo étnico-racial. As fichas apresentam QR Code que direciona para o vídeo explicativo no YouTube, onde é possível observar o sinal-termo, a definição e o acesso direto ao conteúdo audiovisual, garantindo a acessibilidade e a compreensão dos conceitos abordados (Figuras 2 e 3).



Figura 2 – Ficha Terminológica para o termo **SEGREGAÇÃO RACIAL**

Ficha terminográfica 25 - Léxico alfabético bilíngue (libras e língua portuguesa) de termos no campo de discussões étnico-raciais.

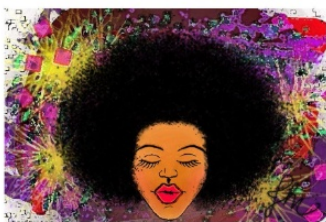
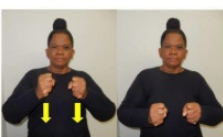


FICHA TERMINOGRÁFICA - LÉXICO ALFABÉTICO BILÍNGUE (LIBRAS E LÍNGUA PORTUGUESA) DE TERMOS NO CAMPO DE DISCUSSÕES ÉTNICO-RACIAIS - FICHA NÚMERO: 25	
Termo: Segregação Racial	Sinal-termo em Libras
	
Definição do termo	QR Code
"A segregação racial consiste na separação de determinado grupo social por conta de suas características físicas, seu fenótipo. Essa prática é baseada em ideários higienistas, que classificam a humanidade em raças, atrelando traços culturais, intelectuais e habilidades a fatores biológicos e genéticos. A eugenia gerou muitas catástrofes ao longo da história — guerras, colonizações, escravidão, genocídio — como o nazismo, que exterminou mais de oito milhões de pessoas, entre judeus, ciganos, negros, homossexuais." https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/segregacao-racial.htm Acesso em 26 de janeiro de 2024.	
Fonte da imagem	Link do vídeo
https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/segregacao-racial.htm Acesso em 26 de janeiro de 2024.	https://youtu.be/wvmRAD_bVGk

Autoria da proposta: Rocha (2024).

Fonte: Rocha (2024).

Figura 3 – Ficha Terminológica para o termo **Black Power**

Ficha terminográfica 6 - Léxico alfabético bilíngue (libras e língua portuguesa) de termos no campo de discussões étnico-raciais.

FICHA TERMINOGRÁFICA - LÉXICO ALFABÉTICO BILÍNGUE (LIBRAS E LÍNGUA PORTUGUESA) DE TERMOS NO CAMPO DE DISCUSSÕES ÉTNICO-RACIAIS - FICHA NÚMERO: 06	
Termo: Black Power (Poder Negro)	Sinal-termo em Libras
	 
Definição do termo	QR Code
Black Power significa "poder negro" na tradução literal do inglês para o português e ficou conhecido como um movimento que evidenciava a cultura e a resistência negra numa sociedade predominantemente racista. Fonte: https://www.significados.com.br/black-power/ Acesso em 21 de janeiro de 2024.	
Fonte da imagem	Link do vídeo
https://cacheadossoltaajuba.files.wordpress.com/2014/11/negass-black.jpg Acesso em 21 de janeiro de 2024.	https://youtu.be/4vTfEcNp5f8

Autoria da proposta: Rocha (2024).

Fonte: Rocha (2024).



A pesquisa se baseou no modelo de ficha terminológica desenvolvido por Faulstich (1995, p. 4), que a define da seguinte forma: “registro do termo é feito em uma ficha de terminologia a qual funciona como uma certidão de nascimento”. Os procedimentos metodológicos foram elaborados para estabelecer uma base sólida para a análise e organização de termos no campo das discussões étnico-raciais, com o objetivo de compreender e disseminar conceitos fundamentais nesta área.

Essas representações visuais são cruciais para a educação e a conscientização dentro da comunidade surda, pois permitem que Surdos e ouvintes surdos compreendam e participem das discussões sobre identidade e questões sociais de forma mais acessível. As figuras servem não apenas como uma ferramenta didática, mas também como um meio de promover a inclusão e a justiça social, refletindo a evolução contínua do léxico e da Terminologia em Libras. Por meio dessas representações, espera-se fortalecer a capacidade da comunidade surda de se engajar ativamente nas questões étnico-raciais e contribuir para um diálogo mais rico e informativo.

Em seguida, a quarta etapa foi subdividida em duas fases: a seleção dos sinais-termo adequados e a pesquisa bibliográfica acerca do histórico e da construção dos conceitos a serem representados. A seleção envolveu discussões com a comunidade surda e análise comparativa com outros trabalhos terminológicos, garantindo a precisão e aceitação dos sinais propostos. A pesquisa histórica buscou identificar o desenvolvimento e a relevância dos conceitos no contexto social e acadêmico.

Na quinta etapa, foi realizada a organização das imagens da obra, além das fotografias e filmagens dos sinais-termo em Libras, com a edição dos vídeos realizada no Laboratório Núcleo VARLIBRAS. Ao final, a última etapa da pesquisa, se dedicou ao envio dos vídeos produzidos para o YouTube, à geração dos QR Codes correspondentes às URLs e à organização e diagramação final dos conteúdos, garantindo a acessibilidade para a Comunidade Surda e a ampla divulgação do Léxico Alfabético Bilíngue.

Promoção de termos do campo de discussões étnico-raciais

No complexo e diversificado universo das línguas de sinais, a promoção de termos relacionados a discussões étnico-raciais emerge como um aspecto crucial para a compreensão e a comunicação eficaz entre diferentes comunidades linguísticas. Ao investigar a Terminologia para temas étnico-raciais e sua integração com a estrutura de sinais-termo em Libras, descobrimos um campo enriquecido pela interseção entre linguagem visual e escrita.

A análise detalhada da configuração e organização dos sinais-termo neste



contexto bilíngue revela não apenas a complexidade linguística da Libras, mas também a importância de estratégias lexicográficas para capturar e refletir a riqueza semântica desta língua. Este processo envolve a criação de novos sinais e a adaptação dos existentes para que possam transmitir com precisão as nuances dos conceitos étnico-raciais.

Segundo Pereira e Pereira (2013, p. 146), a Lei nº 10.639/03, que trata do ensino de história e da cultura dos negros brasileiros, assim como de conteúdos relacionados ao continente africano, foi um ganho extremamente significativo do movimento negro brasileiro. No entanto, as discussões sobre a temática de história e culturas negras estão longe de serem alcançadas pela comunidade escolar surda negra, posto que “surdos negros estão apartados dos movimentos sociais negros, ao nível de nem saberem que existem”.

A importância dessa abordagem se torna ainda mais evidente ao considerar a realidade da comunidade surda, e a implementação de termos do campo de discussões étnico-raciais não apenas facilita a expressão e a compreensão de questões étnico-raciais, mas também impacta diretamente a capacidade de participação social dos indivíduos surdos. Estes termos proporcionam uma base sólida para promover práticas linguísticas inclusivas e garantir a igualdade de acesso à informação, essencial para a inclusão plena da comunidade surda na sociedade.

[...] a pobreza lexical [...] não é só o fato de conhecer poucas palavras para dizer ou explicar aquilo que nos acontece. A pobreza está sobretudo no uso limitado, na incapacidade de ir além de um estereótipo, com o qual nos contentamos porque não temos as ferramentas para construir um pensamento diferente e porque, também, o contexto nos suporta nessa hiper banalização, não nos propondo instrumentos para uma alternativa real. (PARMEGGIANI, 2018, p. 25).

A inclusão de pretos e pretas surdos neste processo não só ressalta a diversidade intrínseca à comunidade surda, mas também fortalece a construção de um léxico que reflete a pluralidade étnico-racial e cultural dos usuários de Libras. Dessa forma, a pesquisa busca não apenas discutir a Terminologia e sua aplicação prática, mas também enfatizar a importância da representatividade e da inclusão, contribuindo para uma compreensão mais rica e diversificada dos temas étnico-raciais dentro da comunidade surda.

Considerações finais

A implementação da Lei nº 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas, representa um



avanço significativo para a promoção da inclusão e da diversidade no sistema educacional brasileiro. No entanto, para que essa lei seja efetivamente cumprida e para garantir que os conceitos de identidade, raça e etnia sejam adequadamente abordados, é essencial considerar a relevância da Libras e da promoção de termos relacionados às discussões étnico-raciais.

A Libras, enquanto língua de sinais oficial do Brasil, desempenha um papel fundamental na comunicação e na educação de indivíduos surdos. A criação e a implementação de termos específicos no campo das discussões étnico-raciais em Libras são cruciais para assegurar que o conteúdo previsto pela Lei 10.639/03 seja acessível a todos os alunos, independentemente de sua condição auditiva. Esses termos devem refletir com precisão as complexidades e as nuances das questões étnico-raciais, permitindo uma compreensão mais profunda e inclusiva das temáticas abordadas.

Os desafios enfrentados nesse processo são diversos. Um dos principais obstáculos é a necessidade de adaptar e criar novos sinais que capturem a riqueza semântica dos conceitos étnico-raciais, de forma a refletir adequadamente as discussões contemporâneas e as realidades culturais. Além disso, a formação contínua de professores de Libras e a conscientização sobre a importância da representatividade e da inclusão são essenciais para garantir que os termos sejam utilizados de maneira eficaz e respeitosa no contexto educacional.

Apesar dos desafios, avanços significativos têm sido realizados. A promoção de termos do campo de discussões étnico-raciais em Libras não apenas contribui para a criação de um léxico mais inclusivo, mas também fortalece a capacidade dos surdos de participar ativamente nas discussões sobre identidade e diversidade. A construção de um vocabulário bilíngue que reflita a pluralidade étnico-racial e cultural da sociedade brasileira é um passo importante para garantir que a Lei nº 10.639/03 tenha um impacto real e positivo na vida de todos os alunos.

Assim, a integração de Libras na promoção de termos étnico-raciais e a implementação da Lei nº 10.639/03 demandam um esforço contínuo e colaborativo. É fundamental continuar trabalhando para superar os desafios e avançar na construção de uma educação mais inclusiva e representativa. O compromisso com a acessibilidade linguística e a valorização da diversidade cultural são essenciais para assegurar que todos os indivíduos, surdos ou ouvintes, tenham acesso a uma educação que respeite e reflita a riqueza da diversidade brasileira.



Referências

BARROS DE OLIVEIRA, R. A.; ROCHA, M. B. dos S.; LIMA, C. S. de; REIS, M. da C. dos. A trajetória educacional de um estudante negro surdo para o ingresso em uma instituição de ensino superior. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S. l.], v. 13, n. esp., p. 76-93, 2021. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1305>. Acesso em: 26 fev. 2025.

BRASIL. **Lei nº. 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 25 abr. 2002. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm. Acesso em: 04 ago. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

BRASIL. **Lei n. 10.639/03, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afrobrasileira", e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10639.htm. Acesso em: 04 ago. 2024.

BRITO, I. A.; MEDEIROS, J. R.; BENTO, N. A.; RODRIGUES, N. Que corpo é esse? Literatura negra surda, interseccionalidades e violências. **ODEERE**, v. 6, n. 1, p. 209-232, jan./jun. 2021.

BUZAR, Francisco José Roma. **Interseccionalidade entre raça e surdez**: a situação de surdos(as) negros(as) em São Luís - MA. 2012. 155 f., il. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

CAMPOS, Sandra Regina Leite de; BENTO, Nanci Araújo. Nem todo surdo é igual: discussões interseccionais preliminares na educação de surdos. **D.E.L.T.A.**, v. 38, n. 1, p. 1-18, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/wDrPtHrjKsknfW78RBZS98j/>. Acesso em: 21 fev. 2025.

CASTRO JÚNIOR, Gláucio de. **Projeto Varlibras**. 259f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA UFRB. **UFRB seleciona cursista para curso de aperfeiçoamento em Educação das Relações Étnico-raciais e Antirracista na educação de surdos**. Amargosa. 21 de agosto de 2024. Instagram: @cf_ufrb. Disponível em: https://www.instagram.com/cfp_ufrb/. Acesso em: 04 ago. 2024.



CRUZ, Angélica Maria Vieira; NASCIMENTO, Raimundo Nonato Ferreira do. Identidade negra, discurso e autorreconhecimento: perspectivas de uma educação antirracista. **Revista Zabelê**, Teresina, v. 2, n. 2, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/REVIZAB/article/view/13078/pdf>. Acesso em: 21 fev. 2025.

DENARI, Fátima Elisabeth; COLOMBO, Isabella Mota. Revisão de literatura: surdez e identidades interseccionais. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, v. 26, e215287, 2021. Disponível em: <https://educa.fcc.org.br/pdf/edpuc/v26/2318-0870-edpuc-26-e215287.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2025.

FARIAS JÚNIOR, Edigar Gonçalves de et al. A efetivação da Lei 10.639/03 e as relações étnico-raciais para inclusão de negros surdos na percepção de professores. In: **Educação em Transformação: políticas, práticas e metodologias em tempos contemporâneos – Volume 1 / organização Vitor Medrado**. São Paulo: Editora Dialética, 2025.

FAULSTICH, Enilde. Socioterminologia: mais que um método de pesquisa, uma disciplina. **Ciência da Informação**, v. 24, n. 3, 1995. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/566>. Acesso em: 26 fev. 2025.

FAULSTICH, Enilde. Perspectivas em Língua de Sinais Brasileira: um constructo para a criação de sinais-termo. Gramaticalização e lexicalização no vocabulário do estado de coisas. In: CASTRO JÚNIOR, Gláucio de... [et al.]. **Estudos do léxico das línguas de sinais**. Petrópolis, RJ: Editora Arara Azul, 2023.

FERREIRA, Priscilla Leonnor Alencar. **O Ensino de Relações Étnico-raciais nos percursos da Escolarização de Negros Surdos na Educação Básica**. 2018. 122f. Dissertação. (Mestrado em Ensino) Vitória da Conquista: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2018.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: **Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília-DF: MEC/SECAD, 2005.

NOGUERA, Renato. **O ensino de filosofia e a Lei 10.639**. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.

NOGUERA, Renato.; DUARTE, Valter.; RIBEIRO, Marcelo. dos Santos. Afroperspectividade no ensino de filosofia: possibilidades da Lei 10.639/03 diante do desinteresse e do racismo epistêmico. **O que nos faz pensar**. v. 28, n. 45, p. 434-451, 2019.

OLIVEIRA JÚNIOR, Ailton Paulo de; OLIVEIRA SANTOS, Eliana Rosa de. O feminismo negro surdo na educação inclusiva. **Revincluso - Revista Inclusão & Sociedade**, [S. l.], v. 2,



n. 1, 2023. DOI: 10.36942/revincluso.v2i1.848. Disponível em: <https://periodicos.ufabc.edu.br/index.php/revincluso/article/view/848>. Acesso em: 21 fev. 2025.

OLIVEIRA, Manoela Ventura. **A importância do ensino da literatura afro-brasileira na formação da identidade negra**. 2021. 31 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa) – Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2021.

PARMEGGIANI, Roberto. **Desabilidade**. São Paulo, Editora Nós. 2018.

PEREIRA, Alex Sandrelanio S., e PEREIRA, Rosinilde Oliveira. Surdo-negro soteropolitano: uma pesquisa exploratória sobre a sua percepção de opressão e exclusão. **Revistas de Ciência da Educação**, 02(29), 139-148. 2013.

PROMETI, Daniela. **Terminologia da Língua Brasileira de Sinais: Léxico Visual Bilíngue dos sinais-termo musicais - Um estudo contrastivo**. Tese de doutorado. Brasília: Universidade de Brasília, 2020. 260 p.

RIBEIRO, Luiz Eduardo Lourenço. **Negro ou preto?: uma análise bakhtiniana sobre os sinais raciais na Libras**. 2024. 120 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024.

ROCHA, Eliene. **Léxico Alfabético bilíngue (Libras e Português) de termos do campo de discussões étnico-raciais**. 2024. 176 p. Dissertação de Mestrado em Linguística. Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2024.

SILVA, Alessandra Dias e; SANTOS, Sheila Martins dos; DIONYSIO, Renata Barbosa. O uso das imagens do livro Amoras como potencialidade na construção das identidades dos negros surdos. **Revista Arqueiro**, v. 42, 2024. Disponível em: <https://seer.ines.gov.br/index.php/revista-arqueiro/article/view/1839>. Acesso em: 21 fev. 2025.

SILVA, Erliandro Felix; GARCIA, Maria Izabel dos Santos. O racismo no Brasil a partir de uma perspectiva da diáspora africana e a luta pela descolonização das pessoas negras surdas. **SCIAS Língua de Sinais**, v. 2, n. 2, p. 5-36, jul./dez. 2023. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/sciasls/article/download/7496/5012>. Acesso em: 21 fev. 2025.

TUXI, P. **A terminologia na língua de sinais brasileira: proposta de organização e de registro de termos técnicos e administrativos do meio acadêmico em glossário bilíngue**. 2017. 278p. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.



USP. **Educação para as relações étnico-raciais e educação antirracista na escola básica: projetos e práticas pedagógicas.** Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 23 set. 2024 - 23 ago. 2025. Disponível em: https://uspdigital.usp.br/apolo/apoObterCurso?cod_curso=480200006&cod_edicao=24001&numseqofeedi=1. Acesso em: 21 fev. 2025.

Recebido em: 30/08/2024

Aceito em: 11/03/2025